



Registro

Eletrônico Nº 574

30/MAI/2025

VENDILHISMO DE ZEMA DESMANCHA E DESESTRUTURA TODO O ESTADO



Quem não acompanha o que Romeu Zema vem falando muito antes de ser governador de Minas, poderia imaginar que a criatura estaria pronta para ser colocada em uma camisa de força e levada para o hospício mais próximo. A distância entre a loucura e a irresponsabilidade tem a estreiteza da insensibilidade e descompromisso social manifestada pelo governador em todo o tempo que ganhou notoriedade pública pelos seus discursos que cheiram a plena ignorância e autoritarismo.

Sem falar nas joias das empresas estatais que prestam serviços essenciais, como Cemig, Copasa, Codemig e Codemge, é no mínimo assustadora a lista de patrimônios do Estado que dão sustentabilidade funcional nos municípios que Zema põe à venda, seja por um interesse da União ou mesmo de qualquer comprador privado. A lista enviada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) é composta de 343 imóveis, para levantar R\$ 2 bilhões, ou seja, o lucro líquido de apenas dois anos na Copasa.

Veja o que está na lista:

Fóruns de Andradas, Bom Despacho, Caeté, Montes Claros e Pitangui;

Entrepósitos do Mercado Livre do Produtor (MLP) nas centrais de abastecimento (Ceasas) de Barbacena, Contagem, Caratinga, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia, Governador Valadares e Juiz de Fora;

Aeroportos regionais nas cidades de Almenara, Curvelo, Guanhães, João Pinheiro, Oliveira, Paracatu, Passos, Rio Novo, Três Corações e uma área de mais de 400 mil metros quadrados no aeroporto de Varginha;

Campus e outros terrenos da Universidade

Estadual de Minas Gerais (UEMG) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bem como o Hospital Universitário Clemente Faria, em Montes Claros;

Cidade Administrativa, o Automóvel Clube, o Centro de Formação e Experimentação Digital – Plug Minas, o Expominas, o Hospital Risoleta Neves e até o Memorial de Direitos Humanos;

Imóveis do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-MG), em Abaeté, Araçuaí, Belo Horizonte, Bocaiúva, Capelinha, Curvelo, Guanhães, Itabira, Juiz de Fora, Martinho Campos, Montes Claros, Oliveira, Passos e Uberaba.

Isto representa o desmanche acelerado do Estado e da estrutura que serve aos municípios mineiros, fomentando a desorganização total e a necessidade de realocação generalizada de tudo que poderá ficar sem lugar para exercer funções públicas.

Caberá não apenas aos deputados na ALMG, mas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao Ministério Público e a toda a sociedade organizada se mobilizarem contra a insanidade da trágica passagem de Zema pelo governo, responsabilizá-lo, sepultá-lo politicamente e reverter todos os seus atos danosos ao Estado.

A adesão de Minas Gerais ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) foi aprovada na ALMG, pela totalidade dos deputados que se esforçam para sanar a dívida monstruosa gerada em irresponsabilidade administrativa do governo estadual, com todo o cuidado contra golpes que tramitam junto visando principalmente a entrega das estatais mineiras, burlando o preceito constitucional que exige votos de 3/5 dos deputados, além de consulta à sociedade através de plebiscito.

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:



Facebook /sindaguamg



Youtube /sindagua.mg



Twitter /sindaguamg



Instagram /sindagua.mg



Linkedin /sindagua-mg



WhatsApp (31) 3297-7227

